

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA CAROLINA FLORINDO

O FENÔMENO BULLYING
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ORIENTADORA: TELMA PILEGGI VINHA

Campinas

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

O FENÔMENO BULLYING
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Monografia apresentada como exigência parcial para a conclusão do curso de Pedagogia pela Faculdade de Educação da Unicamp, sob a orientação da Profa. Dra. Telma Pileggi Vinha.

Campinas
2014

À minha família e aos meus amigos

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

F664f Florindo, Ana Carolina, 1991-
Fenômeno bullying: estudo bibliográfico / Ana Carolina
Florindo. – Campinas, SP: [s.n.], 2014.

Orientador: Telma Pileggi Vinha.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Bullying. 2. Escolas. 3. Construtivismo (Educação). 4.
Conflitos interpessoais. 5. Educação. I. Vinha, Telma Pileggi,
1968- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

15-022-BFE

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Profa. Telma, pela atenção, compreensão, carinho e dedicação. Pessoa essencial para a realização desse trabalho.

Ao meu marido Luís Arthur, pelo carinho, respeito, amor, pela força, dedicação, companhia e por ser meu refúgio e minha fortaleza.

Aos meus pais, por sempre acreditarem em mim e por ser um exemplo em minha vida de perseverança, otimismo e dedicação.

Pela amizade e companhia, agradeço à Regiane, Luísa, Ellen, Thaís Aline, Sara, Sabrina e Caroline.

À UNICAMP, por ter me proporcionado todas as condições necessárias para me tornar uma pedagoga.

A todos os docentes da Faculdade de Educação da Unicamp que contribuíram para minha formação profissional e pessoal.

Enfim, a Deus e a todos que contribuíram de alguma forma para minha formação.

RESUMO

O tema *bullying* começou a invadir a mídia depois de inúmeros casos de ações violentas de alguns alvos, como, por exemplo: o massacre de Columbine nos Estados Unidos em 1999 e o caso de Realengo (RJ), ocorrido em 2011. Inúmeras pesquisas têm comprovado que esse tipo de conflito está mais presente na sociedade do que imaginávamos. A partir dessas considerações, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica investigando os conflitos interpessoais na escola: suas características e as possibilidades de intervenção. Para tanto, foram estudados alguns dos importantes autores que investigaram tais questões. No decorrer do trabalho são discutidos os conceitos de *bullying*, suas características, a apresentação dos envolvidos e peculiaridades. São também apresentadas algumas pesquisas recentes e propostas de intervenção que visam prevenir ou minimizar de forma mais efetiva esse conflito. As escolas devem ter acesso às diversas pesquisas, pois é de extrema importância que esse tipo de conflito seja diagnosticado e que receba a intervenção mais eficiente, devido à gravidade das consequências e o aumento no número de casos. É fundamental a consolidação da educação moral, ou seja, a escola deve prezar por uma educação que priorize os atributos para uma relação em sociedade mais saudável, por meio da construção sólida de valores, respeito entre os iguais, aceitação das diferenças, entre outros. Diante disso, a escola deve se preocupar com a formação dos valores morais centrais em seus alunos, tendo como privilégio as relações cotidianas; e, assim, sendo necessária a formação de valores próprios da instituição, que reflitam em suas práticas, formando sujeitos críticos, autônomos e responsáveis. É preciso uma escola democrática, ou seja, que estabeleça valores que guiem os métodos, servindo, assim, de exemplo para qualquer ação.

Palavras-chave: Bullying; escola; construtivismo; conflitos interpessoais; educação.

ABSTRACT

The theme bullying began to invade the media after numberless cases of violent actions of some targets, such as: the Columbine massacre in the United States in 1999 and the case of Realengo (RJ), which occurred in 2011. Numerous researches have shown that this type of conflict is more prevalent in society than we thought. From these considerations, this study aims to carry out a literature search investigating interpersonal conflicts at school: its characteristics and the possibility of intervention. Therefore, it has been studied some of the important authors who have investigated these issues. In this work are discussed the concepts of bullying, its characteristics, the presentation of those involved and peculiarities. It is also presented some recent research and proposal of intervention to prevent or minimize this conflict in a more effective way. The schools should have access to several researches, because it is extremely important that this type of conflict is diagnosed and receives more efficient intervention, due to severity of the consequences and the increase of the number of cases. It is essential to consolidate the moral education, that is, the school should cherish for an education that prioritizes the attributes for a relationship in a healthier society, through solid construction of values, respect among equals, acceptance of differences, among others. According to this, the school ought to be concerned with the formation of the central moral values in its students, having the privilege of the daily relations, thus, it's necessary the formation of the institution's own values, that reflect on their practices, molding critical, autonomous and responsible subjects. It is necessary a democratic school, that is, to establish values that guide the methods, thus serving as an example for any action.

Keywords: Bullying; school; constructivism; interpersonal conflicts; education.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. Definições	11
2. Envolvidos	14
3. Interferência	18
3.1 Papel da família	19
3.2 Papel da escola	19
3.3 Papel do amigos	21
3.4 Papel dos meios de comunicação.....	21
4. Pesquisas	23
4.1 Incidência e local	23
4.2 Tipos de agressão e as manifestações do <i>bullying</i>	26
5. Intervenções	29
5.1 Intervenção primária	34
5.2 Intervenção secundária	37
5.3 Intervenção terciária	39
5.4 Método Pikas	41
5.5 Método da Não Inculpação	41
6. Considerações Finais	43
7. Referências Bibliográficas	46

Introdução

A intenção de pesquisar sobre o tema surgiu a partir do desejo de conhecer mais profundamente um assunto que é visto como brincadeira de criança, mas que pode gerar consequências em todos os envolvidos, contribuindo, por exemplo, com que eles tenham a violência ou submissão como valor ou trauma, entre outros resultados.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica investigando os conflitos interpessoais na escola: suas características e as possibilidades de intervenção. Para alcançarmos esse objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico com a finalidade de contemplar alguns dos importantes estudiosos na área, principalmente os publicados no Brasil.

No primeiro capítulo, explicaremos as definições de *bullying* por meio de autores selecionados. Essas exposições tratam desde o início das pesquisas, na década de 1990, até os dias atuais, com as inovações, descobertas, características e peculiaridades sobre o conflito.

Já no segundo capítulo, abordaremos os envolvidos nesse tipo de conflito. Sendo eles: o alvo, o agressor e o espectador; e cada um deles se divide em outros subgrupos que serão detalhados no desenvolver do capítulo.

No terceiro, trataremos das influências morais que recebem os envolvidos no conflito. Elas são divididas em quatro vertentes, a saber: o papel da família, da escola, dos amigos e, por último, dos meios de comunicação.

No quarto capítulo, demonstraremos, a partir de algumas pesquisas nacionais e internacionais, o *bullying* no âmbito da sua incidência, dos locais onde ocorre, o tipo de agressão e a relação entre gêneros.

Explanaremos, no quinto e último capítulo, com base nos autores selecionados, alguns métodos de intervenção que parecem ser mais efetivos para prevenção ou contenção do *bullying* na escola. Como cada instituição e seus problemas são únicos, não existe uma “receita de bolo” que pode ser simplesmente replicada. Os diversos procedimentos devem ser analisados, discutidos e adaptados a cada realidade para gerar uma intervenção mais apropriada.

Nas considerações finais apontaremos que se a escola tiver maior conhecimento sobre o fenômeno e os procedimentos de intervenção, terá maiores possibilidades de intervenção de forma a minimizar ou conter essa forma de violência. Essa postura requer uma série de medidas, desde investimentos na qualificação dos professores e projetos para a consolidação

da educação moral na escola, a medidas construtivistas para gerar maior autonomia aos alunos e respeito entre os jovens e as crianças.

1. Definições

Notícia publicada no site G1 em 20 de setembro de 2012

Nesta sexta-feira (20), um [atirador mascarado matou 12 pessoas e feriu ao menos 50](#) nos Estados Unidos, durante estreia do novo filme de Batman dentro em uma sala de cinema lotada na cidade de Denver, no Colorado. No mesmo estado americano, há 13 anos, um episódio similar marcou profundamente os americanos: o ataque da escola de Columbine.

Um dos mais violentos e mais conhecidos ataques desse tipo aconteceu em 20 de abril de 1999, na Columbine High School, em Littleton. Eric Harris, de 18 anos, e Dylan Klebold, de 17, dois estudantes da escola, mataram 12 colegas e um professor, deixaram outras 23 pessoas feridas e cometeram suicídio, totalizando 15 mortos. A história inspirou a realização do filme “Tiros em Columbine”, de Michael Moore, que ganhou o Oscar de melhor documentário em 2003.

Harris e Klebold usaram bombas caseiras, espingardas de grosso calibre, um rifle semiautomático e uma pistola no caso que ficou conhecido como o massacre de Columbine. Outras duas pessoas foram condenadas por terem ajudado os dois a conseguirem os armamentos.

A motivação para o ataque seria vingança pela exclusão social que os dois teriam sofrido. Eles foram acusados de terem influências neonazistas. Os dois invadiram a escola atirando nos estudantes e escolhendo os alvos entre os atletas e as minorias na escola de quase 2.000 alunos.

O ataque suscitou sérias discussões sobre o controle de armamentos, maus-tratos a adolescentes nas escolas e segurança nas instituições de ensino norte-americanas, e se tornou referência em relação a violência nas escolas.

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/07/ataque-escola-columbine-em-1999-deixou-15-mortos.html>

Um fenômeno velho ou novo? Se recorrermos à memória, podemos ter sido vítimas de *bullying*, até mesmo agressores quando fomos adolescentes ou crianças (TOGNETTA, 2005a, p. 15).

Diferentemente do que muitos pensam, o *bullying* é um conflito muito antigo. Muitas pessoas o condenam dizendo que é um fenômeno da modernidade, porém ele existe há muito tempo. O que mudou foi o olhar para as relações interpessoais, como elas ocorrem e o que trazem como consequência para nosso aparato psicológico.

Esse assunto tem ganhado maior proporção no cenário educacional mundial e acaba sendo distorcido por uma visão estereotipada da mídia. O *bullying* vem sendo estudado desde a década de 1970 por Dan Olweus, o primeiro pesquisador a se debruçar sobre o fenômeno após a observação de inúmeros suicídios de crianças entre 10 e 14 anos em decorrência de *bullying* escolar na Noruega.

Para Olweus, *bullying* é quando ocorrem situações repetidas e negativas, assim caracterizando vítima e agressor, apenas no caráter direto de relações. No entanto, há uma

provocação, e esta incomoda a vítima. O autor se foca apenas em três características: a repetição, a intencionalidade e a aceitação da agressão pela vítima, a qual se torna incomodada com a situação.

Para Avilés (2005), esse fenômeno é “multicausado”, não distinguindo isoladamente os meios culturais e/ou econômicos. Ele está enraizado em todos os aspectos e de formas diferentes, portanto não podemos estabelecer um padrão específico a ser apontado como estereótipo do alvo ou do agressor. Temos características psicológicas e emocionais que nos fazem identificar esses papéis e tentar criar um padrão de repetição.

O autor também explicita que o fenômeno não é estritamente escolar, pois em diversos ambientes (convívio grupal) existem relações entre pares que podem causar esses tipos de ações. Também define que o *bullying* é grupal, já que é nesse contexto que ocorre a relação desigual, com o grupo reafirmando e legitimando essa relação.

Em Avilés (2013, p. 34), a definição de *bullying* é mostrada como “ações negativas repetidas de maneira persistente com desequilíbrio de poder em que se perseguem intencionalmente fazer patente o esquema domínio – submissão”.

Segundo esse autor, há diferenças na forma de maltrato: *a) bullying físico*, em que ocorrem agressões físicas; *b) bullying verbal*, no qual o maltrato ocorre de forma falada ou escrita; *c) bullying social*, sendo realizado por meio das relações interpessoais e de grupos tentando afetar uma posição social, podendo gerar isolamento e rejeição; *d) bullying gestual*, caracterizado por meio do maltrato realizado por meio de gestos, olhares, e acompanhado possivelmente de um dos outros tipos de *bullying*; *e) bullying mafioso*, o qual é realizado com ameaças e chantagens; e *f) cyberbullying*, que utiliza meios tecnológicos para criar o maltrato¹.

Dependendo do conteúdo da agressão, podemos caracterizar outras formas de *bullying*, como por exemplo, o sexual, que tem como objeto da relação o sexo, podendo ocorrer através de toques, gestos e palavras. Há, também, o *bullying* racista, no qual o maltrato ou a submissão do par ocorre por meio de agressões racistas ou xenofóbicas. Além desses, existe o *bullying* homofóbico, que ocorre quando o motivo do conflito é a opção sexual da vítima, ridicularizando-a. Quando o *bullying* é dirigido a pessoas com necessidades especiais, torna-se atrelado ao desequilíbrio entre agredido e agressor.

Nacionalmente, possuímos autores que recentemente começaram suas pesquisas acerca do fenômeno. No nosso estudo, as autoras selecionadas são: Fante, Tognetta e Vinha.

¹ Maltrato: sendo compreendido de maneira mais ampla como uma relação de agressão, ameaça, intimidação, opressão, humilhação e repetição.

Fante é a primeira brasileira a desenvolver estudos nessa área. Ela inicia sua pesquisa na década de 90 para investigar sobre violência escolar e *bullying*. A pesquisadora criou um estatuto contra *bullying* em 2005, conhecido como *Educar para a Paz*. Fante e Olweus se assemelham muito nas medidas de intervenção com relação ao fenômeno.

Segundo Fante (2005), o termo *bullying* diz respeito a uma agressão física ou verbal que é constituída na relação entre pares. Outro ponto que marca o fenômeno é a insistência e repetição da agressão. Para a autora, muito já se estudou sobre a violência dentro da instituição escolar e pouco na relação entre pares.

Ainda para Fante (2008), o *bullying* diferencia-se das demais violências por algumas características específicas. Uma delas, e bastante peculiar, é a possibilidade do alvo vir a desenvolver traumas psicológicos que podem permanecer ao longo de sua vida, assim fazendo com que ele sofra as consequências no seu convívio social e no seu desenvolvimento pessoal e educacional, sendo este um dos efeitos perversos do *bullying*.

Já para Vinha, para ser considerado *bullying*, a agressão deve seguir um padrão com cinco características. A primeira diz que deve existir a intenção do autor em atingir o alvo; além disso, é necessária a repetição da agressão. A terceira característica diz respeito à presença de espectadores; a quarta se refere às características dos envolvidos, pois é uma relação de pares; e, por fim, a aceitação do alvo com relação à ofensa. E esse conceito de *bullying*, apresentado por Vinha, será o adotado como objeto de estudo deste trabalho.

Em síntese, os autores conceituam *bullying* de acordo com maus tratos e agressões, intencionais e negativas, que se repetem. Essas ações ocorrem entre pares e com motivos diferenciados. Ele pode ser caracterizado como: agressões físicas, psicológicas, verbais ou sociais. Avilés acrescenta que se trata de um fenômeno “multicausado”, devido à variedade de causas e da repetição desse tipo de violência, o que pode ser extremamente nocivo para os envolvidos.

2. Envolvidos

Notícia publicada no Site de notícias G1 em 07 de Abril de 2011

Um homem de 23 anos entrou em uma escola municipal na Zona Oeste do Rio na manhã desta quinta-feira (7), atirou contra alunos em salas de aula lotadas, foi atingido por um policial e se suicidou. O crime foi por volta das 8h30.

Segundo o diretor do hospital para onde as vítimas foram levadas, 11 crianças morreram (10 meninas e 1 menino) e 13 ficaram feridas (10 meninas e 3 meninos). As crianças têm idades entre 12 e 14 anos.

Segundo autoridades, o nome do atirador é Wellington Menezes de Oliveira e ele é ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, onde foi o ataque. Seu corpo foi retirado por volta das 12h20, segundo os bombeiros. De acordo com polícia, Wellington não tinha antecedentes criminais.

A polícia diz que ele portava dois revólveres calibre 38 e equipamento para recarregar rapidamente a arma. Esse tipo de revólver tem capacidade para 6 balas.

Segundo testemunhas, Wellington baleou duas pessoas ainda do lado de fora da escola e entrou no colégio dizendo que faria uma palestra.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, ele falou com uma professora e seguiu para uma sala de aula. O barulho dos tiros atraiu muitas pessoas para perto da escola.

O sargento Márcio Alves, da Polícia Militar, fazia uma blitz perto da escola e diz foi chamado por um aluno baleado. "Seguimos para a escola. Eu cheguei, já estavam ocorrendo os tiros, e, no segundo andar, eu encontrei o meliante saindo de uma sala. Ele apontou a arma em minha direção, foi baleado, caiu na escada e, em seguida, cometeu suicídio", disse o policial.

A escola foi isolada, e os feridos foram levados para hospitais. Os casos mais graves foram levados para o hospital estadual Albert Schweitzer, que fica no mesmo bairro o colégio.

Fonte: <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/atirador-entra-em-escola-em-realengo-mata-alunos-e-se-suicida.html>

Infelizmente, a reportagem nos mostra um caso extremo e que acabou em morte, porém nem todos terminam dessa maneira. A morte nos mostra uma maneira extremada do alvo lidar com o sofrimento gerado pela agressão, o que não significa afirmar que em outros casos não ocorra o mesmo sentimento.

Segundo os autores estudados, existem três envolvidos que estabelecem as relações que caracterizam esse tipo de conflito. Cada autor usa a nomenclatura que julga mais adequada e que serão apresentadas a seguir. Porém, conseguimos identificar esses três polos de protagonistas em todas as pesquisas.

Em primeiro lugar há a figura do alvo, que em alguns estudos são denominados vítimas. Para Olweus, alguém se torna alvo de *bullying* quando é submetido a ações negativas que gerem incomodo, e de forma repetitiva. Avilés (2006) estabelece uma caracterização de

diferentes alvos: os *passivos/receptores*, os *provocadores* e os *reativos*. Os alvos passivos/receptores são os mais comuns, pois normalmente não conseguem agir em sua defesa, tornando-se vulneráveis. O alvo provocador pode possuir um caráter introspectivo e, devido a essa característica, pode despertar sentimentos de raiva, inveja e competição tanto no agressor como nos colegas. O reativo é aquele que reage às agressões tentando colocar fim ao seu sofrimento.

Já os autores, denominados agressores em certos artigos, são divididos em algumas categorias (AVILÉS, 2013). Uma delas é o agredido, que são envolvidos mistos, isto é, ao mesmo tempo em que o indivíduo é alvo de agressões, ele busca outra pessoa para ser alvo de *bullying*, assim, agredindo ao mesmo tempo em que é agredido. O segundo é aquele indivíduo que tem pleno controle da situação do *bullying*, sendo manipulador. O autor precisa do auxílio de outro para estabelecer o desequilíbrio e a relação de domínio. Já o autor antissocial se caracteriza por não ter habilidades de relacionamento sociais; ao se inserir no ambiente social, reage agressivamente. O ansioso pode ser visto como aquele que, a partir do momento em que é exposto socialmente, tem seu nível de ansiedade aumentado, atacando, assim, seus pares e criando essa relação desigual.

Um terceiro envolvido no *bullying*, são os espectadores, ou seja, aqueles que assistem às agressões. São encontrados em subcategorias também, como: i) espectadores indiferentes, que são os que contemplam as agressões acreditando que não fazem parte da situação e que não devem se envolver, e assim apenas apreciam as cenas; ii) espectadores culpabilizados, que acreditam que deveriam fazer algo, mas não o fazem por medo (de serem a próxima vítima ou serem taxado de fofoqueiro, entre outros), preferindo, assim, ficarem calados; e iii) espectadores amorais, os quais concordam com os atos dos agressores e ainda por cima condenam a vítima, possuindo, assim, tendências violentas.

Como se vê, além de autores e alvos, os espectadores também desempenham um importante papel nesse tipo de violência, sendo o público que prestigia as agressões. Os ataques de *bullying* são escondidos dos adultos, mas nunca dos pares. Essa é uma outra característica, pois, segundo Fante (2005), a relação de *bullying* está ligada à auto-estima; há, portanto, uma reafirmação na humilhação do alvo na frente de espectadores. Mesmo que o autor possua uma elevada auto-estima, ele precisa desse respaldo dado pelo grupo que assiste e de certa forma incentiva a agressão.

Foi visto que alguns estudiosos da área utilizam os termos autores e alvos enquanto outros, agressores e vítimas. Tognetta e Vinha empregam os primeiros, diferenciando-se de Fante, Avilés e Olweus, que usam os últimos, na tentativa de evitar preconceitos por parte dos

agentes que trabalham com situações problemas em que haja essa forma de violência. Segundo as pesquisadoras (TOGNETTA; VINHA, 2013, p. 42-43):

Parece-nos que quando dizemos “vítima” nos penalizamos e sentimos piedade. Tal pena não pode nos paralisar e apenas proteger a vítima sem fazer com que ela se defenda. Quanto ao autor, é exatamente pelo fato de atribuímos a condição de “agressor igual a criminoso” como em muitos casos se faz, que destituímos esse termo como o mais adequado. O autor de bullying é alguém que também precisa de ajuda, tanto quanto o alvo. Nossas pesquisas (Tognetta, 2010; Tognetta e Bozza, 2010; Tognetta e Rosário, 2012) provam que o autor de bullying tem uma hierarquia de valores invertida, acreditando que valores individualistas são melhores que outros tantos morais e assim, a valentia, a intimidação, o poder sobre qualquer custo é mais importante do que a humildade, a justiça, a tolerância ao diferente. Além do mais, esse mesmo menino ou menina, carece de algo que chamamos de sensibilidade moral. Ele é incapaz de se sensibilizar com a dor do outro.

Essas denominações nos auxiliam a compreender o fenômeno, pois essa relação de violência entre os pares é demarcada por papéis específicos que estão fortemente relacionados ao bem estar psicológico dos seus participantes. Uma prova desse desequilíbrio psicológico é explicado por Middleton-Moz e Zawadski (2007); eles acreditam que muitas crianças se culpam pela vitimização sofrida e reafirmam a violência suportada. Podemos salientar, ademais, que outras pessoas também culpam a vítima pela agressão recebida.

O grande problema é que por um outro lado, a conduta de bullying, enquanto conflito, é um perigo à estima de si, ou seja, ao valor que nos damos: quem sofre bullying tem uma grave alteração na estima que tem de si mesmo, ou do valor que se atribui tanto para baixa-estima como para alta, como não reconhecer em si um valor ou que os outros também precisam ser valorizados. A grande diferença entre bullying e um conflito normal ou cotidiano, é que o primeiro seria um conflito somado à agressão, o que o torna doloroso demais e por isso a seriedade do assunto. Quem agride – o agressor – e quem sofre a agressão estão envolvidos neste embate e na maioria das vezes, um dos grandes envolvidos cujas perdas são mais sentidas é quem sofre o bullying, visto que se sente perseguido, humilhado e intimidado. (TOGNETTA, 2005a, p. 14)

A partir disso, vemos como Tognetta (2005) faz referência a um ponto específico do *bullying*, as consequências tanto para o alvo como para o autor. Muitas vezes essas consequências são vista como resultado do mau comportamento, porém elas têm um caráter mais profundo, como traz Fante (2008). O alvo muitas vezes perde o interesse na escola e nos estudos, passa a ter comportamentos depressivos, transtornos psicológicos e pode gerar dependência química e outra série de fatores que acabam atrapalhando seu desenvolvimento educacional e pessoal.

Já o autor, caso não receba o auxílio adequado, poderá se tornar um adulto com as mesmas características, antissocial, adotando atitudes agressivas no seio familiar (violência

doméstica) ou no ambiente de trabalho; essa prática também levando a crimes penais como injúria, calúnia, difamação, lesão corporal, racismo, entre outros.

Em uma pesquisa no Reino Unido, foram acompanhadas 17.638 pessoas que nasceram a partir de 1958. Eles passaram por testes aos 23, 45 e 50 anos de idade, sobre avaliação do sofrimento psicológico e de doenças mentais. Os resultados surpreenderam: das pessoas que haviam sofrido *bullying*, 50% apresentavam mais sofrimento em sua vida, tanto aos 23 quanto aos 50 anos. E aos 45 anos, a incidência de depressão e de “suicidalidade”, ou seja, o desejo de acabar com a própria vida, eram duas vezes maiores que em pessoas que não haviam sofrido *bullying* na infância. Essa pesquisa mostra que as consequências do *bullying* podem acompanhar as vítimas por muitos anos após sua ocorrência.

Uma intervenção que visa minimizar ou conter o *bullying* tem necessariamente que atuar em todos os envolvidos: autores, alvos e espectadores, considerando os papéis que desempenham, suas características e necessidades.

3. Interferência

Notícia publicada pela revista Nova Escola de Março de 2011

Uma cena de bullying gravada em vídeo se espalhou rapidamente pela internet nos últimos dias e ganhou destaque na imprensa mundial. As imagens, registradas em uma escola australiana, mostram o momento em que Casey Heynes - aluno de 15 anos constantemente agredido pelos colegas - se rebela e parte para cima de um de seus agressores. Com o sucesso na rede, Heynes passou de vítima a herói. Alguns dias depois, os dois garotos eram entrevistados em programas de televisão, apresentando sua versão dos fatos.

*No calor da repercussão e na maneira superficial como o tema foi tratado pelas emissoras, perguntas fundamentais ficaram sem resposta. **Qual o papel da escola na história? O que levou o garoto à reação extrema? Há, de fato, algum herói?** Para responder a essas e outras dúvidas, NOVA ESCOLA ouviu as pesquisadoras Adriana Ramos e Luciene Tognetta, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (GEPEM) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). As considerações das especialistas têm como objetivo mostrar a professores, gestores e pais quais ensinamentos podem ser tirados do fato e como usá-lo no combate - constante - ao bullying.*

O papel da escola

Pelos comentários publicados na internet sobre o vídeo e pela própria maneira como as reportagens foram editadas, percebe-se que quase ninguém questionou o papel de professores e gestores da escola australiana. As especialistas da Unicamp explicam que, por ser um problema que ocorre entre os alunos, o bullying pode mesmo demorar para ser detectado. "Em muitos casos, quando pais e professores ficam sabendo, a criança já sofre há pelo menos dois anos", comenta Adriana Ramos.

Essa dificuldade, no entanto, não deve ser usada como desculpa para a escola se eximir de responsabilidade. No caso australiano, há fortes indícios de que professores e gestores foram omissos. "Não é possível que ninguém viu o menino passar por tanta humilhação", comenta Luciene Tognetta. Tudo leva a crer que a escola não tomou as atitudes necessárias nem antes nem depois de o problema aparecer.

A reação da diretoria ao saber da briga reforça essa suspeita. Ao saber do ocorrido, a escola optou por suspender os dois alunos. Com isso, deixou de lado todas as características do bullying e passou a lidar com o problema como se fosse uma briga comum - sem dar importância para as razões que levaram Heynes ao ato de violência. "Ao suspender os dois, a escola não evidencia que, por trás da violência, está o bullying, nem dá a eles a chance de refletir sobre a questão", diz Adriana.

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/caso-casey-heynes-bullying-omissao-escola-622917.shtml>

O *bullying*, como dito anteriormente, está relacionado a diversos fatores e sofre influências de toda a sociedade. Em Avilés (2005) vemos que o fenômeno “trata-se de um fracasso da própria sociedade em seu conjunto como vitrine contexto do qual foram parte nossas crianças e adolescentes”. Assim sendo, vemos quais as influências morais que os envolvidos no conflito recebem.

3.1 Papel da família

É o primeiro contato com a educação moral, a qual traz diferentes tipos de aprendizados, tanto negativos como positivos sobre os tipos de relação, afetividade, autoridade, vínculo. Também aprendem a viver em conjunto, respeitar o outro, questões de participação, ajuda, negociação e responsabilidade.

Segundo Avilés, a família possui dificuldade em compreender que as futuras relação interpessoais que a criança/menino(a)/jovem/adulto vai estabelecer com o outro estão baseadas em suas raízes, estando, assim, na natureza de como foram construídas esses tipos de relações desde o primeiro contato com outras pessoas, ou seja, dentro da família.

Mas mesmo assim, a família não deve ser conivente com tudo o que o indivíduo fizer. Pois se a pessoa praticar um ato de *bullying* com relação à outra, deve ser chamada a atenção ao erro, para evitar consequências como insensibilidade, egoísmo, falta de empatia.

É papel da família educar moralmente, para que, por meio de valores morais, criem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, que tenham consciência que a relação interpessoal é de extrema importância e que não deve ser um ambiente de desigualdade.

Mas deve estar sempre presente e atenta a qualquer mudança de comportamento, pois vítima e agressor normalmente possuem vergonha ou medo de contar o que está acontecendo. Por esse motivo, mudanças comportamentais são sensores para detectar se algo não está ocorrendo da forma como deveria acontecer e, a partir disso, instaurar uma investigação.

Caso seja descoberto um caso de *bullying*, a família deve acolher, dar apoio e procurar solucionar o problema da melhor forma possível, em consonância com a escola e possivelmente com outros profissionais, para que não ocorram consequências maiores posteriormente.

Ainda mais importante é que a família e a escola caminhem juntas com relação ao tipo de medida tomada em casos de violência, *bullying* e agressão. Portanto, o papel da família está intrinsecamente ligado ao papel da escola, e eles caminham de forma consonante.

3.2 Papel da escola

O *bullying* tem maior incidência no ambiente escolar pois é um dos únicos ambientes hoje em dia onde os pares possuem contato e se relacionam por um longo período de tempo.

Sendo assim, a escola tem como obrigação cuidar desses indivíduos e preservar sua integridade, psíquica, moral e física.

Podemos considerar que o olhar dos educadores e dos pais com relação a esse fenômeno deve ser mais específico pois frequentemente acontecem situações de *bullying* as quais ninguém chega a ter conhecimento, uma vez que o alvo tem dificuldade em relatar o ocorrido e muitas vezes reafirma a violência sofrida.

É a partir do ambiente escolar que muitas crianças passam a criar relacionamentos com seus pares. Na sociedade atual, é o maior espaço de interação das crianças; portanto, abordando o ponto de vista construtivista, vemos o quanto é imprescindível a conscientização de educadores sobre os conflitos existentes na instituição. Ao nos depararmos com os conflitos, podemos trabalhar regras, valores morais e reconhecimento e aceitação das diferenças, entre outras. Para que isso ocorra da forma necessária, é preciso a clara distinção entre indisciplina, violência, falta de civilidade, agressão e *bullying*.

É a partir dessa diferenciação que podemos dar as respectivas atenções, pois em cada caso há um tipo diferente de abordagem, negociação e ação, assim possibilitando um trabalho pedagógico mais coerente com cada conflito, para criar a melhor solução.

Tratar de *bullying* é abrir uma oportunidade de considerar um fenômeno muitas vezes escondido, porque infelizmente, os casos de *bullying* na maioria das escolas, não são tratados do ponto de vista psicológico e do ponto de vista da sua especificidade; eles são tratados como indisciplina, incivilidade, como quebra de uma norma ou regra pública que é da escola. Ótimo que discutamos a necessidade de que sejam preservadas as regras públicas. É verdade que precisamos fazer com que os nossos meninos e meninas tenham valores morais e sociais. No entanto, é preciso que primeiro olhemos o fenômeno do ponto de vista de onde ele essencialmente nasce: na pessoa, ou seja, no que é privado e não público. Não estaremos, portanto, tratando de temas como a indisciplina ou a incivilidade, embora suas causas possam ser parecidas com aquelas que discutiremos, já que abordaremos algo que é particular entre as crianças, mas que toma um domínio público quando estampa às vistas a exposição, a humilhação e o descaso com o outro. Percebemos o quanto é importante a abertura da escola para refletir sobre essa questão, que depende indubitavelmente de um olhar muito mais aprofundado de quem educa. (TOGNETTA, 2005a, p. 12-13)

Os conflitos entre pares são muitas vezes mascarados ou ignorados dentro da escola. Segundo Leme (2006), a agressividade em relação a uma autoridade é tratada de forma mais importante que um conflito entre pares. Esse é um ponto em que a escola deveria se preocupar, pois acaba gerando um problema; ou seja, a escola não está enxergando a agressão entre pares e muito menos o *bullying*.

Essa omissão da escola faz com que muitos alvos se sintam ainda mais inseguros e se calem. A partir dessa perspectiva, a escola não consegue identificar o conflito e muito menos

tem condições de lidar com ele, já que as pesquisas no Brasil, embora crescentes, são ainda muito recentes.

A escola possui um preconceito com o conflito. Esse é, não raras vezes, tratado pela instituição como algo negativo e supressor, relacionado apenas ao mau comportamento e à indisciplina.

Como pensar no papel que escola e professor devem desempenhar para resolver esse conflito? Ai está um desafio para uma educação sociomoral, em um ambiente que favoreça relações saudáveis entre os pares e que busque alternativas que respeitem as opiniões.

3.3 Papel dos amigos

Os autores Olweus, Fante, Avilés, Tognetta e Vinha trazem os amigos no papel de espectadores do fenômeno, fazendo parte dele e tendo papel fundamental nessa relação.

Os amigos são espectadores que, por diversos fatores, como diz Avilés (2013), muitas vezes não delatam o conflito por medo de se tornarem novas vítimas ou de serem tidos como “fofoqueiros”. Essa fala se mantém em Tognetta e Vinha (2008): os amigos/espectadores podem não concordar com o que está acontecendo e com a humilhação realizada, porém possuem o mesmo medo apresentado acima, na análise de Avilés.

A partir dessa relação estabelecida, os espectadores sofrem psicologicamente ou com a culpa por não ter denunciado a humilhação, ou passam a exaltar esse tipo de relação e começam a legitimar o ocorrido fazendo com que a vítima se sinta ainda mais humilhada.

Porém, os espectadores são os protagonistas da relação que possuem maior flexibilidade para romper com as amarras geradas pelo conflito e delatar o ocorrido. Pois eles estão diretamente ligados na relação, e possuem o poder de alterar o grupo de maneira geral e incisiva.

3.4 Papel dos meios de comunicação

Diferentemente do que muitos pensam, o *bullying* é um conflito muito antigo. Muitas pessoas o condenam dizendo ser um fenômeno da modernidade, porém ele existe há muito tempo. O que mudou foi o olhar diante das relações interpessoais e como elas ocorrem, e o que elas trazem como consequência para nosso aparato psicológico. Esse assunto tem

ganhado maior proporção no cenário educacional mundial, e acaba sendo distorcido por uma visão estereotipada da mídia.

Essa maior visibilidade decorre do número de “bullycidios” que são estampados na mídia. Na Europa e nos Estados Unidos, esses episódios são cada vez mais frequentes, trabalhados pela mídia exaustivamente. Quando os ataques são crônicos, as vítimas podem se tornar agressoras; em casos extremos, muitas vezes resultam em tragédias escolares, como as de Columbine (1999) e Virginia Tech (2007), nos Estados Unidos, as de Taiúva (2003) e Remanso (2004), no Brasil, e a da Finlândia (2007).

Diante do aumento dos casos de “bullycidios” divulgados nos meios de comunicação, houve um aumento no interesse dos pesquisadores em entender o problema e propor soluções. Começaram a ser escritas cartilhas para professores, famílias e escolas, de como combater, prevenir e solucionar esse fenômeno que pode gerar consequências trágicas.

Porém, os meios de comunicação, mais especificamente a internet, podem ser um meio de se realizar o maltrato. A internet, depois da escola, é o segundo ambiente no qual os jovens mais interagem e se relacionam. Por meio dela, o agressor humilha o alvo publicamente e tem como espectadores não só um grupo de amigos, mas toda a comunidade que utiliza esse meio de comunicação.

O *cyberbullying* acontece de forma parecida com *bullying*, segundo Avilés (2014). Para ser classificado dessa forma é necessário além das cinco características básicas (ser entre pares, presença de público, intenção, repetição e desigualdade de poder) para considerar *bullying*, que essas agressões sejam realizadas por dispositivos virtuais, tendo como objetivo denegrir o status social do alvo aproveitando o anonimato, o efeito desinibidor e a distância propiciada pela rede.

Os meios de comunicação podem ser utilizados como formas de agressão ao se valerem do *cyberbullying*, mas também podem ser utilizados como conscientizador em massa do fenômeno, de suas consequências e de formas de combate e prevenção.

Portanto, essa influência tem seus pontos positivos, podendo auxiliar no combate a esse fenômeno, se usada da maneira correta; porém, também pode influenciar de forma negativa. Essa influência negativa está intimamente relacionada ao sensacionalismo dos “bullycidios” e a uma política de não punição ao *cyberbullying*.

4. Pesquisas

Notícia publicada no site [globo.com](http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2014/09/aluna-de-148-kg-vitima-de-bullying-na-escola-e-liberada-para-atividade-fisica.html) no dia 11 de setembro de 2014

A estudante de 12 anos que sofreu bullying dentro de uma escola estadual de Piracicaba (SP) e foi afastada das aulas de educação física por ser obesa está liberada para fazer exercícios de leve intensidade, de acordo com laudo assinado por uma médica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde faz acompanhamento de saúde. Segundo o documento, a garota está com a pressão arterial controlada e toma medicamentos para regular a taxa de açúcar no sangue. A jovem, que estava com 146 quilos quando foi vítima de discriminação, engordou em razão da repercussão do caso e agora pesa 148 quilos, informou a vendedora Cláudia de Almeida Martins Rodrigues, de 42 anos, mãe da adolescente, que foi xingada de "gorda" e "baleia" por outros alunos.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2014/09/aluna-de-148-kg-vitima-de-bullying-na-escola-e-liberada-para-atividade-fisica.html>

Infelizmente, esse tipo de violência tem acontecido com frequência em nossas escolas, podendo ocorrer por diversos motivos, como, por exemplo, peso, orientação sexual, gênero, crença, etnia racial e outros. São casos que geram o constrangimento como o descrito acima.

Desde a década de 1990, quando o fenômeno *bullying* começou a ser estudado de forma mais sistemática, as pesquisas vêm aumentando e possibilitando a descoberta de fatos e características que nos ajudam a compreendê-lo melhor, permitindo atuar de forma preventiva e também a elaborar propostas de intervenções mais eficazes. Tendo o objetivo acima em mente, este capítulo tem o intuito de apontar e elencar alguns dados recentes de pesquisas nacionais e internacionais no âmbito escolar.

4.1 Incidência e local

Podemos notar que o número de pesquisas relacionadas ao fenômeno *bullying*, tanto nacionais como internacionais, vem aumentando nas últimas décadas. E podemos notar um aumento também de divulgação nas mídias a esse respeito.

Dirigindo nossos olhares para os outros países, encontramos na Grã Bretanha 37% dos alunos do 1º grau e 10%, do 2º, tendo sido alvos de *bullying*.

Já em Portugal, uma pesquisa publicada por Carvalhosa, Lima e Matos (2001) afirma que 21% das crianças entre 7 e 12 anos nunca foram alvos, 73% já foram, mas poucas vezes, e 5% consideram que foram muitas vezes alvos de *bullying*.

Nos Estados Unidos, uma pesquisa divulgada em 2001 pela Student Report of Bullying traz o seguinte fato: 14% das crianças entre 12 e 18 anos foram alvos de *bullying* nas escolas.

Já no Brasil, uma pesquisa realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 2007, demonstra que 60% dos jovens entre 14 e 19 anos já foram vítimas de algum tipo de violência nas unidades escolares brasileiras. Em um estudo com escolas públicas e particulares no interior do estado de São Paulo, Tognetta e Vinha (2010) apontam que 66,92% dos entrevistados diziam sofrer algum tipo de violência na escola, e nesse grupo, 22,56% eram casos de *bullying*. Desses casos de *bullying*, dos considerados alvos, 8% eram em escolas particulares e 14% em públicas.

Após dados de violência nas escolas, buscamos evidências de *bullying*, por meio de uma pesquisa, ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência), em 2002, divulgou um estudo que foi realizado com 5.875 estudantes de 5ª a 8ª séries no Rio de Janeiro e apontou que 40,5% desses estudantes estão ou estiveram envolvidos em casos de *bullying*, sendo que destes, 16,9% eram alvos, 10,9% eram alvos/autores e 12,7% eram autores.

Segundo pesquisa realizada em 2012 por Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), 30% dos estudantes brasileiros estão envolvido em *bullying*, sejam como alvo, agressor ou espectador.

Um estudo realizado por Fante (2005) demonstra que de 430 alunos de ensino fundamental II e do ensino médio de uma escola particular em São Paulo, 81% deles já haviam se envolvido com algum tipo de conduta violenta. Destes, 41% em casos de *bullying*, sendo que 18% eram alvos, 14% autores e 9% alvos/autores.

Segundo a PLAN, que realizou uma pesquisa com quase 6.000 estudantes do Ensino Fundamental II em todo Brasil no ano de 2009, 70% dos entrevistados já viram alguém sofrendo *bullying*, 9% viram repetidas vezes e 10% veem todos os dias, ou seja, quase 20% presenciam cenas de maus-tratos com frequência alta. Dos entrevistados, 28% foram alvos de violência ao menos uma vez e 10% já sofreram maus-tratos três ou mais vezes. Essa pesquisa elencou a frequência dos maus-tratos: 14,7% afirmam terem sido alvos durante uma semana, 6,6% durante várias semanas, 3,1% desde o ano anterior, 4,1% o ano todo e 4,9% não responderam. A pesquisa ainda identificou os autores: 29% afirmam terem maltratado colegas na escola e 10% praticaram *bullying*.

Em 2010, o IBGE divulgou um estudo que apresenta o percentual de *bullying* nas capitais brasileiras. A pesquisa foi realizada com os 9º anos de escolas públicas e privadas do Distrito Federal e de outras capitais, totalizando 6780 escolas.

Quadro 01: pesquisa IBGE 2010 – *Bullying* nas capitais brasileiras

Unidade da Federação	Percentual de estudantes que sofreram bullying
Distrito Federal	35,6%
Belo Horizonte	35,3%
Curitiba	35,2%
Vitória	33,3%
Porto Alegre	32,6%
João Pessoa	32,2%
São Paulo	31,6%
Campo Grande	31,4%
Goiânia	31,2%
Teresina e Rio Branco	30,8%

Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/06/pesquisa-do-ibge-aponta-brasilia-como-campea-de-bullying.html>

Com relação aos espaços escolares onde ocorre o *bullying*, Avilés e Monjas (2005) mostram que a maior incidência é em locais em que há pouca ou nenhuma supervisão de adultos. Os autores avaliam que 45% das agressões acontecem em sala de aula quando o professor não está presente, 35% nos corredores e 31% no recreio.

Além desse dado, Avilés e Monjas (2005) apontaram que os casos de *bullying* não ocorrem somente na escola: 38% das agressões, segundo os alunos, ocorrem fora da escola e 12 %, dentro da sala de aula.

Esses dados mostram que o ambiente escolar é o mais propício para acometer casos de *bullying*. Ressaltamos, ainda, que os casos ocorriam longe da supervisão dos adultos.

A partir dos estudos apresentados podemos considerar um número significativo de estudantes relacionados e envolvidos com *bullying* nas escolas, constatando, assim, que as agressões são rotineiras nesse ambiente. Em geral, esses dados estão em torno de 12 a 20% dos envolvidos em *bullying*, entre autores e alvos, nas escolas públicas e privadas.

Em uma pesquisa realizada na periferia de Brasília, Abramovay et al. (1999) indica que 37,3% das crianças afirmam que, na opinião delas, a escola não é local de violência; em contrapartida, 46,7% consideram um local para violência moderada e 16%, para violência liberada. Com relação ao ambiente familiar, 75% das crianças consideram que a família não é um espaço para violência.

4.2 Tipos de agressão e as manifestações do *bullying*

Existem vários tipos de *bullying*: alguns relacionados à agressão verbal, outros físicos, outros velados e outros de acordo com a motivação que gera a violência, como, por exemplo a opção sexual, etnia ou religião. Portanto, as formas de agressão e de violência variam de acordo com o tipo de *bullying*.

Pesquisa realizada pela UNIFESP (2014) demonstra que o *bullying* mais comum é o verbal, afetando 12,6% das meninas e 11,5% dos meninos. E o segundo mais comum é o indireto, que será explicado posteriormente, que afeta 5,5% das meninas e 4% dos meninos.

Segundo a Student Report of Bullying (2001), nos Estados Unidos, 3% das crianças foram alvos de *bullying* direto, 7% de *bullying* indireto e 4% de ambas as formas.

De acordo com a Pesquisa de Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar (HSBC, 2012), 41 países da Europa e América do Norte concluíram a diminuição da incidência conforme os alvos ficam mais velhos. 13% dos alunos de 11 anos afirmam serem alvos de *bullying* na escola, esse número diminuiu para 12% entre os de 13 anos e para 9%, entre os de 15.

Considerando as pesquisas, podemos concluir que os dois tipos de *bullying* mais frequentes são: o direto, por meio de agressões verbais (xingamentos, palavrões e apelidos), e o indireto, a partir de fofocas e rumores.

Não existe um padrão de alvo ou de agressor, não existe algo que determine, como, por exemplo, o nível econômico. O perfil do alvo é homogêneo, segundo a American Sociological Review, publicada em 2014. Ou seja, não podemos padronizar um perfil para cada envolvido.

Uma pesquisa realizada pela UNIFESP (2014) teve como amostra 4.607 participantes na faixa dos 14 anos. Dos que sofriam *bullying*, 13,8% eram meninas e 12,1%, meninos. Nesse estudo foi constatado que os meninos sofrem mais com o *bullying* referente à opção sexual, o homofóbico, sendo 3,8% dos meninos alvos desse tipo, contrastando com os 2,6% das meninas.

Pesquisa já citada anteriormente, a Pesquisa de Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar (HSBC, 2012), em 41 países da Europa e América do Norte, aponta outros dados referentes ao gênero, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 02: Pesquisa HSBC (2012)



Fonte: IBGE.

Nesse estudo, os meninos foram a maioria, tanto como agressores quanto como alvos.

Muitas pessoas acreditavam que o alvo de *bullying* seria o mais inteligente da sala, considerado como *nerd* ou esquisito, ou, ainda, impopular. Porém, essa pesquisa realizada nos Estados Unidos revela que 25% do *bullying* dentro das escolas acontece com os estudantes que estão tentando ascender socialmente na escola. Dos 4.200 estudantes do 8º, 9º e 10º anos de escolas públicas da Califórnia do Norte, viu-se que quanto maior a popularidade, maior o risco de se tornar alvo desse tipo de situação.

A OAB foi às escolas catarinenses em 2013 e realizou uma pesquisa sobre *bullying*. Foram entrevistados 680 estudantes de quatro municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, e foi constatado que 82% dos alunos de escolas públicas convivem com o

bullying. Os principais conteúdos das agressões foram: 41% físicos, 30% sexuais, 13% culturais, 11% religiosos, 8% familiares e intelectuais e 5% econômicos.

Em uma pesquisa britânica, de DOUGLAS (1999), 82% dos professores das escolas secundárias relatam a existência do *bullying* homofóbico verbal e físico nas escolas em que lecionam. Outra pesquisa conduzida por Mason e Palmer (1996) mostra que 50% das agressões físicas sofridas por homossexuais são realizadas por colegas de escola, em sua maioria em ambiente escolar.

Segundo Lopes Neto (2005); Saavedra (2003) e Fante (2005), a diversidade é um dos fatores para se tornar alvo de *bullying*. Casos mais frequentes são: 21% por excesso ou pouco peso; 18% referentes à higiene; 13% pela etnia; 11% quanto à opção sexual; 10% por deficiências físicas e mentais; 9% pela condição social; e 8% pela estatura (altos e baixos).

Diferente do que muitos podem acreditar, o alvo não precisava ter feito nada que pudesse causar o *bullying* sofrido, ou seja, o alvo podia não ser o provocador da agressão, e sim o autor que utilizava sua agressividade para expor alguma fraqueza do alvo. Quando o *bullying* está relacionado com uma questão de preconceito, não necessita apenas da intervenção, e sim de um trabalho mais profundo com relação à moral e os valores construídos individualmente. Para conseguir abranger a educação citada acima, é necessário que a escola insira em seu contexto social e acadêmico o trabalho com relação a preconceito, exclusão sociocultural e padrões físicos como parte do círculo nas escolas.

5. Intervenções

Notícia publicada no site de notícia G1 em 23 de setembro de 2013

Uma estudante de 12 anos foi agredida na rua em frente à Escola Estadual João Guidotti, na tarde desta segunda-feira (23), no bairro Morumbi, em Piracicaba (SP). De acordo com a adolescente, a agressão ocorreu na saída da aula, quando ao menos cinco meninas a cercaram e começaram a bater. A garota relatou ainda que há um mês vem sofrendo bullying na escola. "Elas me chamam de gorda e dizem que tenho um monte de estrias", afirmou. Após a agressão, a mãe da jovem a levou para a delegacia, onde foi registrado um boletim de ocorrência. Nesta terça-feira (24), a adolescente passou por exame de corpo de delito. Ela tem ferimentos nas costas e no rosto.

O pai da estudante, o pedreiro Nilson Tancredo, acredita que a agressão tenha sido premeditada, já que enquanto algumas meninas batiam outras filmavam a ação. "Fiquei horrorizado. Minha filha chegou em casa toda ensanguentada e um bando de garotas perseguindo ela. Só pararam de bater porque ela fugiu e, como moramos a poucos metros da escola, eu saí na rua para ajudar."

Segundo o pedreiro, a menina conseguiu fugir porque um motorista apartou a briga para conseguir passar com o veículo na rua em frente à escola. Tancredo disse ainda que a filha sofre bullying há um mês. "Houve uma conversa na escola sobre o caso, mas não adiantou. Minha filha foi agredida, sem contar que ela não quer mais fazer as refeições porque está traumatizada."

Nesta terça-feira, o pai da garota não foi trabalhar por temer novas agressões, já que uma das meninas ameaçou mandar o irmão dela, de 17 anos, bater na jovem. Ele disse ainda que as agressoras passaram na frente da casa da família nesta terça-feira fazendo novas ameaças. "Como vou me sentir seguro? Eu posso levar e buscar minha filha na escola, mas como ficar tranquilo se novas agressões podem acontecer dentro da escola?", afirmou o pai da estudante, que não foi à escola nesta terça-feira.

Em entrevista ao **G1**, os pais da aluna também reclamam da falta de segurança na porta da escola, já que no momento da agressão não havia nenhum tipo de policiamento externo. Consultada sobre o caso, a Secretaria de Estado da Educação informou que a briga ocorreu no lado de fora da escola. Sobre a reclamação de bullying, a pasta relatou que as ações pedagógicas que cabem à instituição são feitas permanentemente com os estudantes. A secretaria disse também que os pais das meninas envolvidas na agressão foram convocadas para uma reunião com a diretoria.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2013/09/menina-sofre-bullying-e-apanha-na-saida-da-escola-em-piracicaba-sp.html>

Cada vez mais, vemos notícias como essas nos jornais; agressões e violência geradas por *bullying*. Pesquisadores vêm há anos intensificando os estudos nessa área e procurando medidas preventivas e planos anti-*bullying*. Neste capítulo serão apresentadas algumas intervenções em diversos níveis de eficácia. Essas intervenções são baseadas nos estudos de alguns autores, como, por exemplo, Avilés, Tognetta e Vinha, Olweus, Fantes.

Após analisarmos o *bullying*, torna-se necessário buscarmos, à luz da teoria, formas de resolução e de prevenção do conflito.

Mellor (1997) recorda que não existe uma solução única e simples para lidar com o *bullying*, pois trata-se de um problema complexo e variável, sendo, portanto, indispensável que cada estabelecimento de ensino desenvolva a sua própria política de intervenção.

É preciso considerar ainda que esse fenômeno muitas vezes não é observável pelos adultos, como diz Beane (2006), ou seja, o autor muitas vezes age longe dos olhares de quem pode puni-lo e o alvo esconde os episódios com medo e vergonha. Daí a importância de serem feitos diagnósticos utilizando, por exemplo, questionários para se identificar a frequência, tipos, locais e os envolvidos em situações de *bullying*.

Além da dificuldade de identificação, há de se considerar também a questão da resolução. Algumas escolas adotam medidas pontuais e geralmente punitivas, as quais podem aparentemente amenizar algumas situações, mas não atuam nas causas nem modificam os valores.

Podemos indicar duas instituições que se tornam responsáveis pela educação das crianças e jovens. A família: meio onde ocorre a primeira socialização, desde que o indivíduo nasce; as experiências nesse ambiente são assimétricas, ou seja, são relações com papéis definidos (mãe, pai etc.); cada indivíduo tem uma quantidade de poder dependendo da hierarquia familiar. A escola: espaço da socialização secundária, ou seja, a inserção da criança na vida coletiva; nessa etapa, a criança inicia o convívio entre seus iguais e a interação com a diversidade, assim desenvolvendo competências necessárias para o convívio social, como o respeito, por exemplo; é nesse ambiente que a criança poderá quebrar alguns pré-conceitos ensinados na cultura familiar.

Apesar de complementares, esses papéis, a família e a escola, são distintos. O mesmo podemos dizer com relação ao envolvimento com o *bullying*, sendo que ambos são importantes para o ensino dos valores e da educação da convivência.

O *bullying* está relacionado ao desenvolvimento da moralidade. O autor, por exemplo, pode possuir o respeito como periférico no conjunto das representações de si, não sendo forte o suficiente para regular outros valores mais centrais, como a violência ou a popularidade. Sendo assim, a educação moral passa a ter um papel positivo na resolução. Buscando os autores voltados para a educação moral, podemos encontrar algumas propostas, que mesmo não ligadas à resolução do *bullying*, valem como prevenção, estimulando a construção de valores.

Além do diagnóstico, a escola deve propor debates sobre esse tipo de problema de convivência, com o intuito de informar a comunidade escolar, fornecendo condições para uma

resolução em conjunto. Portanto, o ponto inicial é discutir e informar a comunidade escolar (funcionários, pais e alunos).

A comunidade educativa (professores, alunos e pais) deve se envolver para criar um programa anti-*bullying* para os momentos de crise, com ações preventivas. Para que consiga realizar esta tarefa, eles devem se aprofundar no estudo sobre o tema; para agir moralmente, devem formar um grupo ou comissão para planejar, acompanhar o desenvolvimento das ações e avaliar as situações, e nesta comissão deve conter membros de todos os segmentos da comunidade.

Medidas em sala de aula também são necessárias para a formação moral dos alunos. Um dos enfoques, nessa perspectiva, é o exemplo do professor, pois valores são transmitidos por meio de regras: da forma como se disciplina ao exemplo. Não raro são vistos docentes fazendo zombarias disfarçadas de “brincadeiras”, ou intimidando os alunos. Os professores também devem se mostrar receptivos, estando dispostos a ouvir os conflitos entre os pares, realizando mediações e tentando gerar integração entre eles. Para essas medidas deve-se trabalhar com alguns exemplos de ações, tais como: valorização das ações positivas dos alunos e a realização de trabalhos em grupo, desenvolvendo a aprendizagem cooperativa.

Segundo Olweus (2006), o professor deve estar atento aos indícios desse tipo de conflito. E ao perceber sua ocorrência, deve discutir o problema com os colegas e especialistas da escola. Para o autor, é preciso conversar individualmente com os envolvidos, tomando as devidas precauções para que o alvo não sofra retaliações. E levar ao conhecimentos desses personagens o que o *bullying* representa e as consequências que ele gera em cada indivíduo participante. Podem ser formados grupos de discussão sobre o tema, e alunos não envolvidos no problema também devem participar, tentando sinalizar novas formas de relações entre os pares.

Se não tiver efeito, o autor propõe a mudança do agressor de sala e/ou de escola para preservar a vítima.

Fante (2005) foi a primeira estudiosa a divulgar de forma mais sistemática no Brasil as pesquisas na área do *bullying*. Ela inicia suas investigações sobre violência escolar e *bullying* na década de 90. A pesquisadora criou um estatuto contra o ato, denominado *Educar para a Paz*. As intervenções propostas por Fante foram inspiradas em Olweus, por isso se assemelham muito às medidas propostas por ele.

Seu estatuto inicia com uma tomada de consciência da comunidade com relação ao fenômeno, pois a partir disso são buscadas estratégias para solucionar o conflito. É necessária a conscientização da comunidade em geral, principalmente por parte dos alunos, que ao

identificarem e conhecerem o problema, podem passar a ter outras ações ao se depararem com tais situações.

O estatuto proposto por Fante (2005) contém dois passos, e cada passo contém duas etapas. Os passos de Fante são para diagnosticar e modificar a realidade escolar. Em cada passo e etapa ocorrem intervenções em aspectos coletivos na sala de aula, em grupos e individualmente, como ilustra o quadro a seguir.

Quadro 03: Estatuto *Educar para a Paz* (FANTE, 2005)

Etapa	Primeiro Passo	Segundo Passo
Etapa A - Reconhecimento da realidade escolar	Conscientização e compromisso -reflexões sobre as diversas formas de violência escolar -escolha da comissão e do coordenador do programa escolha do tutor	Investigação da realidade escolar -investigação (observações, anotações e aplicação de instrumentos) -divulgação dos indicadores e confecção de material explicativo -jornada sobre violência e apresentação do diagnóstico escolar
Etapa B- Modificação da realidade escolar	Adoção de estratégias de intervenção e prevenção -estratégias gerais - medidas de supervisão e observação: os alunos solidários - serviço de denúncia - encontros semanais para avaliação -estratégias individuais - redação: “Minha vida escolar” e “Minha vida familiar” - entrevista pessoal e em grupo com vítimas e agressores -estratégias em sala de aula - estatuto contra o bullying - desenvolvimento das estratégias - projetos solidários - investigações semanais -estratégias familiares - encontros de pais e tutores - orientações sobre convivência familiar - grupo de pais solidários	Novo diagnóstico da realidade escolar -investigação da nova realidade escolar -apresentação do diagnóstico à comunidade educativa revisão e manutenção do programa

Para o funcionamento do programa, é necessário o envolvimento entre comunidade, corpo discente e docente, e equipe pedagógica da escola, ou seja, todos, para que a educação para a moralidade faça com que a violência seja controlada na escola. Outro fator que influencia na eficácia do programa é a criação da equipe que coordene todo o processo e de tutores.

Após a criação da comissão organizadora, é necessária a criação de um estatuto interno, a partir de processos graduais, entre assembleias e rodas de conversa.

Segundo Tognetta e Vinha (2008), a questão do *bullying* envolve um problema que vai além da indisciplina, até porque, as autoras veem essa violência entre pares como algo que machuca, e que exige uma solução por meio da compreensão teórica e das suas características, assim ajudando todos os indivíduos envolvidos. As propostas de intervenções devem atuar tanto nas relações interpessoais quanto nas intrapessoais, levando em consideração a necessidade de um conjunto de ações que contribuam para o desenvolvimento moral dos indivíduos na escola.

Acreditam que o fenômeno em questão não seja legitimado pela maioria dos professores, assim ficando difícil identificar, problematizar, solucionar e prevenir o ocorrido, assim como apontado nas pesquisas de Nogueira (2004); Tognetta (2008); Tognetta e Vinha (2008). Os estudos apresentados pelas autoras mostram que os docentes atribuem maior gravidade a conflitos envolvendo alunos e professores que entre pares, considerando-os como “brincadeiras da idade”. Dessa forma, além de passar a mensagem de que o respeito é devido apenas a algumas pessoas, as que detêm a autoridade, está se favorecendo um ambiente propício para maus-tratos e, conseqüentemente, *bullying*.

Em vista dessas características, é válido trabalhar com os professores as consequências dos maus-tratos entre pares e o sofrimento dos envolvidos. As autoras propõem ainda um conjunto de intervenções diretas e indiretas, que atuam nas dimensões interpessoal e intrapessoal. Assim como para Fante, esse projeto deve começar com uma investigação global da comunidade para identificar o *bullying*. O próximo passo para abordar o problema, após conhecê-lo, é estudá-lo e discuti-lo.

Um ponto fundamental nas intervenções das autoras é que, quando alguma regra é descumprida, a sanção deve ser por reciprocidade e não expiatória. As sanções por reciprocidade não possuem caráter autoritário, e sim estratégias que façam o autor refletir moralmente sobre a ação realizada. Para Olweus (2006), a sanção possui caráter punitivo. Já Tognetta e Vinha compreendem sanções por reciprocidade aplicadas pelo adulto, e não decididas pelos alunos, como dito anteriormente. Segundo Fante, as sanções são relacionadas a “ações solidárias”, ou seja, o autor realiza algumas ações que façam bem para a comunidade escolar, como, por exemplo, limpezas e organizações de espaços. Esse tipo de sanção, mesmo relacionada a uma tentativa de solução, acaba expondo e humilhando, assim podendo causar raiva e sentimento de vingança, e a sensação de “pagar na mesma moeda”, não alcançando o objetivo de educação moral.

Para Avilés (2011), toda atitude contra o *bullying*, em qualquer nível ou com qualquer finalidade, é considerada intervenção. Além disso, a comunidade escolar deve se envolver no Plano Anti-*bullying*, no qual os alunos devem ser os protagonistas; sua duração é de curto, médio ou longo prazo. O Plano proposto por Avilés tem ênfase também na intervenção dos espectadores e sua estratégia é a de incluir o tema de maltrato no currículo.

As intervenções no Plano Anti-*bullying* ocorrem de três maneiras: existe a intervenção primária, que serve como uma prevenção para que se evite o *bullying*; há a intervenção secundária, que visa a controlá-lo; e, por fim, a intervenção terciária, que pretende erradicá-lo.

A intervenção primária tem como público o conjunto de alunos e, em certas ocasiões, a comunidade educativa. Ela dispõe de estratégias ou procedimentos para que não existam maus tratos ou humilhações entre os próprios colegas, que serão apresentados a seguir. Além disso, cabe a cada escola analisar suas especificidades e encontrar seus caminhos e respostas particulares, baseando-se na situação real da comunidade educativa, nas suas interações e na sua participação.

5.1 Intervenção primária

Dentro do campo da intervenção primária, existem algumas sugestões para evitar situações de conflito e maltrato, dentre as quais podemos citar:

1) Assembleias ou reuniões periódicas:

As assembleias são destinadas aos alunos, possuem caráter preventivo e seu nível de atuação compreende tanto a intervenção primária como a secundária. São espaços que todos criam voz, podendo expor problemas do cotidiano e discutir soluções, tendo como característica a ocorrência de forma rotineira. É um exercício democrático para meninos e meninas. Mostram, também, que a escola está interessada no que os alunos têm a dizer e o que eles desejam. Além disso, pressupõe um modelo de gestão democrático, podendo ser estabelecidas regras de interação e abordagem de problemas variados. Estimula nos alunos a questão de expor seus pensamentos e respeitar o próximo. Porém, para se utilizar esse procedimento, é necessário bom manejo na geração de ideias, participação e observação, para que a assembleia tenha um propósito e gere resultados.

2) Propiciar a existência de fóruns:

Essa atividade tem caráter preventivo, serve para todos e pode ser aplicada tanto na intervenção primária quanto na secundária.

Os fóruns são lugares para troca de ideias entre os setores da comunidade escolar. Podem ser realizados como Grupos de Debates e Trabalhos Mistos, em que um representante de cada nível expõe seu ponto de vista, de modo que melhore as relações interpessoais, pois supõe qualidade e comunicação nas atividades educativas.

3) Construir comissões de alunos:

Essa atividade tem caráter preventivo; utilizada com os alunos, pode ser aplicada tanto na intervenção primária quanto na secundária. As comissões preveem a comunicação e a participação entre os alunos de toda a comunidade e ocorrem em um local onde exista um espaço adequado para a interação entre pares na elaboração de propostas ou para tratar de situações de conflitos. Além disso, elas possuem autonomia para encontrar soluções para problemas, agressões, violências e *bullying*, necessitando, no entanto, que a comunidade educativa dê voz aos alunos e ouça o que eles discutem, e analisem as decisões que tomam.

4) Colocar em prática a aprendizagem cooperativa:

Essa tarefa tem caráter preventivo, é utilizada com os alunos e pode ser aplicada tanto na intervenção primária quanto na secundária. Segundo Johnson e Johnson (1989), são espaços onde os alunos são estimulados a trabalhar em pequenos grupos, com uma atividade em comum, gerando proximidade entre eles, responsabilidade individual e noção de coletividade e convívio coletivo. Além disso, supõe a dependência mútua de forma positiva, favorecendo, assim, a inclusão dos estudantes, estimulando valores contrários aos do maltrato.

5) Círculos de qualidade:

Este tipo de intervenção propõe encontro de jovens com um adulto para dialogar sobre as discussões e decisões dos alunos. Assim, o grupo torna-se protagonista das soluções de seus conflitos. Essa atividade tem caráter preventivo e sua finalidade é a de evitar riscos. É utilizada com todos os alunos e pode ser aplicada tanto na intervenção primária quanto na secundária. Segundo Smith e Sharp (1994) a partir da proposta de algumas situações problemas, as crianças devem se articular para solucioná-los. Portanto, há o estímulo da

responsabilidade, motivação, autonomia para investigar, propor soluções e encaminhamentos.

6) Sistema de mediação específica e de ajuda entre iguais ou “equipe de ajuda”:

Nesse sistema, os alunos são alvos e espectadores, e ele pode ser usado nos três tipos de intervenção (prevenção, manutenção e erradicação do *bullying*). Essa atividade serve para o estabelecimento de proximidade entre iguais para gerar uma cultura de grupo, levando a um convívio social e sem maltrato. A mediação entre pares representa a metodologia apropriada para resolver diferenças entre iguais nos conflitos de forma justa e equidistante de ambas as partes. No entanto, só se aplica nos casos de *bullying* em que a vítima/alvo seja provocadora, que o maltrato esteja na fase inicial e que o agressor seja colaborador. Já a ajuda entre iguais é um sistema em que os alunos são estimulados a se ajudarem em caso de necessidade, formando, assim as “equipes de ajuda” (AVILÉS; TORRES; VIÁN, 2008).

7) Atividades comuns positivas (CARBONELL, 1990; OLWEUS, 1998):

São atividades que servem para todos, de caráter preventivo e aplicadas no nível de intervenção primário e no nível secundário. Geralmente, ocorrem fora do período de aula, com a finalidade de realizar atividades esportivas coletivas estimulando a criação de vínculo. Além disso, possuem caráter não acadêmico e são atividades que podem ser tanto musicais como sociais, sendo estas visando a ajudar alguma comunidade carente. Ocorre, por fim, a valorização do outro, pois proporcionam a interação dos alunos em diversos campos.

8) Reuniões entre professores e família para falar de *bullying*:

É um período para compartilhar os pontos de vista diferenciados, proporcionando maior vínculo entre a comunidade educativa, fazendo com que sejam mais efetivos na luta contra o *bullying*.

9) *Circle Time* – Tempo de Reflexão (BLISS e TETBY, 1999; COWIE, 2005):

São momentos, durante o período letivo, de quebra acadêmica, gerando compartilhamento de ideias e experiências a cerca do *bullying*. É realizado com todos os alunos e sua utilização se dará nos níveis primários e secundários de intervenção.

10) Técnicas de representação:

São analisados e expostos os temas, por meio da dramatização de cenas de *bullying*, para que o grupo diga o que sente e o que pensa.

11) Análise sociométrica:

É uma técnica de aproximação e conhecimento, para saber sobre o *bullying* no grupo; pode ser realizado por meio de questionários ou conversas individuais, sendo intermediados por adultos. É preciso levantar dados sobre o grupo, conhecer sua organização, seus sistemas de relação e outras características peculiares para que ocorra a análise. É realizada no âmbito dos alunos, e seu universo de aplicação engloba os três níveis de intervenção.

12) Análise de casos:

É necessária para reconhecer os tipos de relações estabelecidas. Deve-se incluir no currículo o uso de análise de casos para facilitar o posicionamento sobre *bullying*. Essa tarefa é aplicada para toda a comunidade escolar e pode ser utilizada nos três níveis de intervenção.

13) Técnicas narrativas orais e escritas:

Deve-se inserir no currículo o estímulo à expressão dos sentimentos por meio da escrita em qualquer gênero textual. Além disso, o detalhamento de textos e desenhos é de grande importância para a familiarização da expressão com sentimentos. É uma técnica utilizada com todos os alunos e nos níveis primário e secundário de intervenção.

5.2 Intervenção secundária

O segundo tipo de intervenção é direta e específica em casos e grupos com a finalidade de reduzir atos de *bullying*. Ela é dividida em quatro vertentes, dentre elas: a intervenção para evitar o risco, a ação supervisionada, o sistema de apoio entre iguais e, por fim, a atuação dirigida.

1) Intervenção para evitar o risco:

São procedimentos que exigem, além de um preparo prévio, a supervisão. São ações dirigidas por adultos que promovem a diminuição de situações geradoras de *bullying*. Para selecionarmos essa situação, buscamos durante o cotidiano momentos de autonomia e protagonismo por parte dos alunos para gerar “atuação supervisionada por parte dos adultos”, e também em circunstâncias de “atuação dirigida”. As duas situações são intervenções para evitar o risco de alunos sofrerem *bullying*, pois são dirigidas para evitar o isolamento, a dificuldade de fazer amizades, além dos problemas de interação e focos de atenção.

2) Ação Supervisionada:

São sistemas que, por meio da intervenção do adulto, propõem melhores relações entre os pares e faz a mediação de situações entre iguais. Tudo isso ocorre por meio de conselhos e estímulos da solidariedade com os outros.

3) Sistema de apoio entre iguais:

Avilés, Torres e Vián (2008); Cowie e Fernández (2008) defendem que é a construção de redes sociais de pares que agem de forma estável no seio dos grupos de convivência com fins e atividades diversas. Além disso, é uma espécie de treinamento de suas habilidades de ajuda e apoio ao outro em amplos aspectos da vida cotidiana. Segundo Olweus (1998), existem diversos sistemas de apoio entre iguais, dentre eles: supervisores, alunos tutores, equipes de acolhida, equipe de mediação, entre outros.

4) Atuação dirigida:

São atuações mais sérias, pois dependem da circunstância e do risco de haver o maltrato. Esse maior peso se deve ao fato do objetivo ser esperado pelos adultos. Algumas técnicas de atuação dirigida são: a análise de caso (situação entre adulto e alunos); o treinamento assertivo de habilidades sociais; e, por fim, o controle da raiva. Essas técnicas são desenvolvidas para situações limites para ocorrência de *bullying*.

5.3 Intervenção terciária

O terceiro e último nível de intervenção, o nível terciário, tem por finalidade a eliminação de conduta problemática. As estratégias nesse nível buscam evitar a recorrência e estabilizar o comportamento agressivo. Para tal, é aconselhável o uso de situações reais como exemplo, para mostrar o tipo de comportamento não desejado. Esse nível também propõe algumas condutas e intervenções planejadas e adequadas, além de ser aplicado em situações de *bullying* já estabelecido. Como exemplo, podemos citar o método Pikas, de Pikas (1989) e o método de Não Inculpação, de Robinson e Maines (2003), que serão apresentados posteriormente. Vale ressaltar que esses métodos devem ser estabelecidos juntamente com outras intervenções, já apresentadas.

As intervenções para erradicar o *bullying* estabelecido, segundo Avilés (2013), devem afetar todos os envolvidos, sejam eles o alvo, o autor e até mesmo o espectador. Além disso, é muito importante que os adultos interponham sua autoridade e relacionem diversas intervenções para identificar o fenômeno.

Para cada envolvido há um tipo de intervenção para erradicação do *bullying*. Vejamos algumas descritas abaixo:

Quadro 04: Intervenções com objetivo de erradicação (Avilés, 2013)

	Alvo	Espectador	Autor
Intervenções com objetivo de erradicação	-Treinamento assertivo de MORGANET (1995) – objetivo de modificar o tipo de relação em torno do alvo. -Sistemas de apoio por amizade/tutoria, ajuda/mediação/conselho . AVILÉS TORRES e VIÁN (2008) -Recuperação da auto estima. -Controle da angústia -Autodefesa pessoal.	-Análise de casos de AVILÉS (2003 e 2004) -Role Play SULLIVAN (2001) -Sistema de apoio entre iguais -Aluno conselheiro -Sistema de mediação específica -Sistema mentor -Sistema de ajuda -Resolução de dilemas morais -Treinamento em observação de situações de <i>bullying</i> -Momentos de reflexão grupal sobre convivência BLISS e TETLEY (1999) e OLIWEUS (1998)	-Método de preocupação compartilhada PIKAS (1989) -Controle da ira BENSON (2001) -Autocontrole da impulsividade MAINES & ROBINSON (1998) -Técnica de descarga de agressividade e canalização da tensão. -Acordos reeducativos.

Assim sendo, as intervenções são inúmeras, e cada caso deve ser analisado para identificar qual é a mais eficaz para a garantia de que o fenômeno possa ser contido e não venha a acontecer novamente. Faz-se necessário esclarecer melhor alguns dos procedimentos pouco conhecidos no Brasil, como o método Pikas e a Não Inculpação.

5.4 Método Pikas

É um método de intervenção terciário, ou seja, quando já há caso de maltrato estabelecido. É adequado para casos recentes e que possuem concordância do grupo. Como é um método que não possui características de culpabilização, torna como objetivo o compromisso do agressor de mudança de comportamento. Por meio de várias entrevistas, deve-se mostrar o caso de *bullying*, o que ele fez com o alvo e que existe chance de mudar e se redimir.

O método consiste em três etapas. A primeira etapa consta de entrevistas de cinco a dez minutos com os agressores e, por último, com o alvo, para levantar informações como: o tipo de *bullying*, quais os sentimentos gerados etc. Já na segunda etapa, existem as entrevistas de segmento, unindo os envolvidos com grupos entre eles, de agressor(es) e de espectadores para uma entrevista coletiva.

Por fim, a terceira etapa, que é um encontro de grupo, assim podendo, por meio do diálogo em grupo, aprimorar as questões morais e conversar a respeito do *bullying* ocorrido.

Cada etapa deve ocorrer em local adequado e privado, deve-se seguir as ordens e possuir coordenação entre os professores para evitar troca entre os agressores, ocasionando, assim, algo não programado. É um método que depende muito da confiança dos envolvidos nos entrevistadores das duas primeiras etapas; portanto, as informações devem ser confidenciais para que se mantenha a confiança. Os professores, tutores ou monitores devem se preocupar com todos os envolvidos e mostrar que situações de convivência podem se tornar difíceis, mas que podem ser corrigidas.

5.5 Método da Não Inculpação

Esse método busca orientar os adultos no momento da mediação na resolução do *bullying*, pois agir de maneira acusativa, culpando o alvo ou punindo o agressor, não seria a maneira correta para Maines e Robinson. Eles defendem uma atitude mais simplificada para poder ocorrer compreensão do que cada envolvido sente e oferecer soluções que beneficiem a todos.

Essas alternativas seriam: entrevistas com os envolvidos, propor reuniões com a comunidade escolar, discussão de sentimentos, realizar trabalhos em grupo reforçando

sentimentos como confiança, transferir responsabilidades aos alunos, plano de monitoramento de entrevistas, entre outros.

Podemos, então, a partir desse capítulo, salientar a dificuldade de se realizar um plano de intervenção anti-*bullying* nas escolas. São diversas as etapas que dependem do envolvimento de todas as camadas da comunidade escolar, e com necessidade de profissionais qualificados para poder participar dos processos.

Casos de violência na escola são tratados geralmente de maneira punitiva, por meio de castigos, advertências e suspensões. Como dito anteriormente, essa forma é apenas momentânea, não resolvendo o problema, apenas uma legitimação do controle.

Além disso, a escola e a família têm o papel de educar moralmente a criança, e ambos estão falhando em alguns aspectos formadores de pessoas mais éticas.

6. Considerações Finais

Esse trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica investigando os conflitos interpessoais na escola: suas características e as possibilidades de intervenção. Assim, esse estudo nos permite compreender melhor o *bullying* na escola e levantar alguns dos possíveis métodos de intervenção para prevenção ou diminuição desse tipo de conflito.

O *bullying* virou um assunto muito comentado pelos meios de comunicação nos anos 2000, porém muitas pessoas compreendem, por meio do senso comum, que qualquer tipo de zombaria seja classificado como *bullying*. Entretanto, como demonstrado nesse trabalho, para ser considerado como tal, a violência deve se enquadrar em cinco características: deve existir a relação entre pares, a intenção do autor em atingir o alvo; é necessária a repetição da agressão; deve ter a presença de espectadores; e, por fim, a aceitação do alvo com relação à ofensa. Obrigatoriamente existem três personagens que compõem esse tipo de conflito, o alvo, ou seja, quem sofre a agressão, o autor, que realiza e o(s) espectador(es), que assistem e podem ou não incentivar.

Por meio das pesquisas estudadas, foi realizado um apanhado de possibilidades de intervenção. Para poder intervir é preciso diagnosticar, descobrir se há casos de *bullying*, e como está ocorrendo a educação moral dessas crianças e jovens. Também é necessário o envolvimento da comunidade escolar (educadores, funcionários, pais e alunos) para que as medidas preventivas tomadas sejam eficientes. Uma dessas medidas pode ser realizada em sala de aula, sendo necessário orientar o professor para ser atento, pois as agressões ocorrem escondidas dos adultos.

Diversos autores tentaram sistematizar uma medida de intervenção, mas não se pode criar uma “receita de bolo” que consiga prevenir ou extinguir o *bullying* de todas as escolas, pois cada caso é um caso e deve ser analisado e investigado para se intervir de forma eficiente.

Como o *bullying* é uma agressão repetida e que envolve a educação moral, e toda ação gera uma reação, ou uma consequência, o alvo muitas vezes perde o interesse na escola e nos estudos, passa a ter comportamentos depressivos, transtornos psicológicos, pode gerar dependência química e outra série de fatores que acabam atrapalhando seu desenvolvimento educacional e pessoal. Já o autor, caso não receba o auxílio adequado, poderá se tornar um adulto com as mesmas características: antissocial, adotando atitudes agressivas no seio

familiar (violência doméstica) ou no ambiente de trabalho, e essa prática levando a crimes penais como injúria, calúnia, difamação, lesão corporal, racismo, entre outros.

Como dito anteriormente, a maioria das escolas utiliza métodos punitivos para resolução dos conflitos. Esse método torna-se momentâneo, não solucionando o problema, pois o autor acaba não sendo educado moralmente e realizando novamente as agressões; além disso, o alvo não recebe o apoio psicológico necessário e acaba por vezes isolado e culpando-se pela violência sofrida.

As pesquisas apresentadas ao longo desse trabalho apontam muitos procedimentos de intervenção, porém cada caso deve ser estudado e diagnosticado, já que cada caso necessita de ações específicas. Os autores propõem diversas intervenções e planos anti-*bullying* que ocorrem principalmente de três maneiras: existe a intervenção primária, que serve como uma prevenção para que se evite o *bullying*, como, por exemplo, assembleias, fóruns, comissões; há a intervenção secundária, que visa a controlá-lo, como ação supervisionada e sistema de apoio entre iguais; e, por fim, a intervenção terciária, que pretende erradicá-lo.

As escolas devem ter acesso às diversas pesquisas, pois é de extrema importância que esse tipo de conflito seja diagnosticado e que receba a intervenção mais eficiente, devido à gravidade das consequências e o aumento no número de casos. Esse acesso ocorre por meio da qualificação dos professores, podendo fazer com que os mesmos aprendam a lidar com os conflitos de maneira mais eficaz, fazendo com que a solução passe a ser permanente. Para que isso ocorra, a responsabilidade deve ser de toda a comunidade educativa e que as diretrizes da escola (Projeto Político Pedagógico) devem retomar esse compromisso.

É fundamental a consolidação da educação moral, ou seja, a escola deve prezar por uma educação que priorize os atributos para uma relação em sociedade mais saudável, por meio da construção sólida de valores, respeito entre os iguais, aceitação das diferenças, entre outros.

Para Piaget (1994), os valores morais são construídos por meio da interação do sujeito com os ambientes sociais, assim como não se pode ensinar o raciocínio, não se transmite oralmente a moralidade. Para o autor, a moralidade não reside nas normas, mas sim no por que as seguimos, ou seja, o valor da ação não está na obediência às regras, mas no motivo da obediência. A educação moral diz respeito ao aprendizado do significado das normas e a construção de novas. Essa educação é de responsabilidade da sociedade, porém a escola tem um papel fundamental, exercendo grande influência moral sobre os alunos.

Sendo assim, devemos compreender que o trabalho de educar moralmente é coletivo. Portanto os valores, as práticas e os objetivos institucionais da escola são responsáveis em

iniciar a criação ou o jovem ao mundo público. A escola deve saber conciliar a identidade já construída, não em sua totalidade, com as práticas morais da instituição.

Diante disso, a escola deve se preocupar na formação dos valores morais centrais em seus alunos, tendo como privilégio as relações cotidianas, assim sendo necessária a formação de valores próprios da instituição, que reflitam em suas práticas, formando sujeitos críticos, autônomos e responsáveis. É preciso uma escola democrática, ou seja, que estabeleça valores que guiem os métodos, servindo, assim, de exemplo para qualquer ação.

Para o desenvolvimento desses valores, é necessário que o sujeito seja ativo nessa construção, tendo oportunidade de colocá-los em prática, como, por exemplo, em assembleias, fóruns, criações de normas, entre outros.

É necessária, também, a existência de um projeto anti-*bullying*, que seja adequado, incorporando, assim, as especificidades de cada comunidade escolar, devido ao fato da diversidade cultural e social de cada escola. E, a partir desse projeto, ressaltar ainda mais a educação moral e a promoção de um ambiente autônomo.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M.; WASELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C e RUA, M. G. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ABRAMOVAY, M. e RUA, M. G. *Violência nas escolas*. Brasília: Unesco. 2007.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Adolescentes, 2000. Retirado em 10 de Junho, 2014, de www.abrapia.org.br/ www.bullying.com.br
- AVÍLES MARTINS, J. M. *Bullying: guia para educadores*. Tradução J. Guilherme Milán-Ramos; revisão técnica Luciene Tognetta – 1ª ed. Campinas, SP: Mercados das Letras, 2013 (Coleção Psicologia e Educação em Debate).
- _____. *Bullying: el maltrato entre iguales. Agresores, víctimas y testigos en la escuela*. Salamanca: Amarú, 2006.
- AVILES, J. M.; CASARES, I. M. “Estudio de incidencia de la intimidación y el maltrato entre iguales en La educación secundaria obligatoria mediante el cuestionario CIMEI”. In: *Anales de Psicología*, vol. 21, nº 1, junio, 2005.
- AVILÉS, J. M. e MONJAS, I. *Estudio de la incidencia de la intimidación y el maltrato entre iguales en La educación secundaria obligatoria mediante el cuestionario CIMEI*. 2005.
- AVILÉS, J. M. TORRES, N. VIÁN, M. V. “Equipos de ayuda, maltrato entre iguales y convivencia escolar”. Em: *Revista de Investigación Psicoeducativa*. Universidad de Almería, 2008.
- BEANE, A. *A sala de aula sem bullying*. Porto: Porto Editora, 2006.
- CARVALHOSA, S. F.; LIMA, L. e MATOS, M. G. *Bullying – a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português*. Análise Psicológica, 2001.
- COWIE, H. e FERNÁNDEZ, F. J. “Ayuda entre iguales em las escuelas: desarrollo y retos”. En: *Revista Electrónica de Investigación Psicoeducativa*. nº 9, vol4, 2008.
- COWIE, H. e HUTSON, N. *Peer support: a strategy to help bystanders challenge school bullying*. Pastoral Care in Education, 2005.
- DOUGLAS, N. “Homophobic bullying in secondary school”. In: *England and wales – teachers’ experience*. Health Education, 1999.
- FANTE, C. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Verus, 2005.

- FANTE, C.; PEDRA, J. A. *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- FERREIRA, L. G. *Educação moral na escola: os procedimentos morais no cotidiano da escola*. Campinas, SP: [s.n.], 2012.
- GARCIA, J.A.; TOGNETTA, L.R.P.; VINHA, T.P. *Indisciplina, conflitos e bullying na escola* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- GARCIA, M. R. V. *Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no Mundo*. Universidade federal de São Carlos - UFSCAR/Sorocaba, 2009.
- HOOVER, J. H.; OLIVER, R. e HAZSLER, R. J. "Bullying: perceptions of adolescent victims in the Midwestern USA". In: *School Psychology INTERNACIONAL*, vol. 13, p. 5-16, 1992.
- JOHNSON, D. W. e JOHNSON R. T. *Coperation and competition: Theory and research*. Edina, MN: Interaction Book Company, 1989.
- LEME, M. I. *Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo*. Instituto SM para a educação (ISME), 2006.
- LOPES NETO, A. A. "Bullying – comportamento agressivo entre estudantes". In: *Revista Sociedade Brasileira de Pediatria*, 2005.
- MALTA, D. C. et al. "Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de saúde do escolar (PENSE)", 2009. *Ciência e Saúde Coletiva* vol. 15 supl. 2. Rio de Janeiro: out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000800011>, acessado em 15.06.2014.
- MARTÍN, E.; FERNÁNDEZ, I.; ANDRÉS, S.; BARRIO, C.; ECHEITA, G. "La intervención para la mejora de la convivencia en los centros educativos: modelos y ámbitos". In: *Fundación Infancia y Aprendizaje*, v. 26, n. 1, p. 79-95, 2003.
- MASON, A e PALMER, A. *Queer Bashing: A National Survey of Hate Crimes Against Lesbians and Gay Men*. London: Stonewall, 1996.
- MELLOR, A. "Bullying in Scottish Secondary Schools". In: *SCRE Spotlight*, number 23. 1997.
- MIDDELTON-MOZ, J.; ZAWADSKI, M. L.; *Bullying: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos*. Traduzido por Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- NOGUEIRA, R. M. C. del P. *Violência na escola: em busca de definições*. São Paulo: Psicopedagogia OnLine, 2004.

- OLWEUS, D. *Conductas de acoso y amenaza entre escolares*. 3 ed. Traducido por RocFilella. Madrid: Morata, 1998.
- PLAN. *Bullying Escolar no Brasil - Relatório Final*. São Paulo: CEATS/FIA, 2010.
Disponível em:
<http://www.aprendersemmedo.org.br/docs/pesquisa_plan_relatorio_final.pdf>.
Acesso em: 10 de novembro de 2014.
- PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. 4 ed. Traduzido por Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.
- PIKAS, A. *The common concern method for the treatment of mobbing, Bullying, an international perspective*. E Roland & Munthe: London, 1989.
- ROBINSON, G. e MAINES, B. *Crying for Help. The No Blame Approach to bullying*. Bristol, England: Lucky Dyck, 2003.
- SILVA, M. V. da. *O Bullying na escola: suas características, intervenções e a construção da autonomia moral*. TCC- UNICAMP, 2010.
- SMITH, P. e SHARP, S. *School Bullying: insights and perspectives*. London: Routledge, 1994.
- Student Reports of Bullying. Results from 2001 School Crime Supplement to the National Crime Victimization Survey, US National Center for Education Statistics. 2005.
- TOGNETTA, L. R. P. “Violência Na escola: os sinais de bullying e o olhar necessário aos sentimentos”. In: PONTES, A.; DE LIMA, V. S. (org.). *Construindo saberes em educação*. Porto Alegre: Zouk, 2005a, p. 11-32.
- _____. “O mapa do problema escolar: quando a cidadania parece não ser possível”. In: *Anais do XXII Encontro Nacional de Professores do PROEPRE*. Águas de Lindóia, 2005b.
- _____. “Violência da escola X violência na escola”. In: *Anais do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR- EDUCERE e o III Congresso Ibero-Americano sobre violências nas escolas – CIAVE*. Curitiba: PUC, 2008.
- TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. “Estamos em conflito: Eu, Comigo e com Você! Uma reflexão sobre o bullying e suas causas afetivas”. In: CUNHA, J. L.; DANI, L. S. C. (orgs.). *Escola, conflitos e violência*. Santa Maria: UFSM, 2008, p. 199-246.
- _____. “Bullying e violência na escola: entre o que se deseja e o que realmente se faz”. In: *Anais do 8º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde: Sexualidade, Género e Saúde*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2010. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000191192fa6e88a1f289>>, acesso em: 10 de novembro de 2014.
- _____. “Até quando? Bullying na escola que prega a inclusão social”. In: *Educação – Revista do Centro de Educação/Universidade Federal de Santa Maria*. NO PRELO, 2010.

- VINHA, T. P. *Os conflitos interpessoais na relação educativa*. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. “Autoridade autoritária”. In: *Revista Nova Escola – online*. Out. 2009b. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/autoridade-autoritaria-504466.shtml?page=0>. Acesso em: 13 nov. 2014.
- VINHA, T. P.; TOGNETA, L. R. P. “Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores”. In: *Revista Diálogo*. v. 9, n. 28, p. 525-540, 2009.